

CONSTITUINTE

Assemb

GAZETA

MERCANTIL

22 AGO 1985

Aceitas emendas dos deputados

por Carlo Iberá de Freitas
de Brasília

Por onze votos a favor e cinco contra a comissão mista que aprecia a emenda do Executivo que convoca a Constituinte aceitou o recebimento de quatro emendas que regulamentaram o número de assinaturas fora do prazo. O senador Itamar Franco (PMDB-MG) e o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) retiraram suas propostas, ficando desta forma, com quinze emendas a emenda do Executivo.

Na mesma reunião, a comissão estabeleceu um cronograma de trabalho. Ficou acertada a convocação de dezesseis personalidades brasileiras para falarem à comissão em oito reuniões, e as sessões de 1º

e 2 de outubro foram reservadas para leitura do relatório e votação, respectivamente. Os nomes convocados serão escolhidos pelo relator da comissão, Flávio Bierrenbach, e serão divulgados na próxima terça-feira. Foram indicados nomes como o do ex-secretário geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, do metalúrgico Luís Ignácio Lula da Silva, presidente nacional do PT, e do cardeal dom Paulo Evaristo Arns.

A emenda retirada pelo senador Itamar Franco dizia respeito à convocação em separado de eleições para a Constituinte e para a Câmara e o Senado. A do deputado Victor Faccioni abria possibilidade de inscrição a candidatos avulsos, representantes da classe patronal, dos traba-

lhadores, dos profissionais liberais e das associações civis. Nos requerimentos apresentados pelos deputados, pedindo pela aceitação de suas emendas, todos alegaram falta de quórum no Congresso, na semana passada.

O PDT, através do deputado Nilton Alves (PDT-RS), apresentou requerimento tentando fazer com que a comissão aceitasse a emenda das diretas para 1986. A proposta do PDT não obteve o número de assinaturas exigido e não foi entregue à comissão como as demais. O presidente da comissão senador Helvidio Nunes (PDS-PI) ressaltou que a "presidência vem agindo com liberalidade dentro das normas e princípios democráticos, mas não há mais o que dis-

cutir", o requerimento do PDT foi rejeitado.

O relator apresentou no início dos debates uma lista com trinta nomes para serem ouvidos pela comissão. O número de convidados foi contestado pelos membros da comissão devido ao curto espaço de tempo para o encerramento dos trabalhos. Flávio Bierrenbach, relator da comissão, justificou a ampliação dos debates argumentando que "os trabalhos da comissão dependem de fundamentos ideológicos", assim como entre a "vontade do Executivo em querer uma Constituinte congressual e a sociedade civil querê-la independente há uma diferença muito grande". A comissão necessita, a seu ver, de uma "conclusão conciliatória".

Outro ponto de muita polêmica foi a questão da revogação ou não das leis de exceção, antes da convocação da Constituinte. Defenderam a revogação das leis o deputado José Genoíno (PT-SP) e o deputado João Gilberto (PMDB-RS). Para o deputado gaúcho, a Constituinte não pode conviver com as leis de exceção, pois ficaria exposta à vontade do presidente, que em qualquer momento poderia dissolvê-la.

ANC 88
Pasta 08/85
092/1985